

AJUSTE

# Governadores aliados reagem bem a medidas

*Programa recebe elogios, mas Estados que já fizeram 'dever de casa' defendem justa distribuição de sacrifícios*

Governadores dos partidos aliados ao presidente Fernando Henrique Cardoso reagiram de forma positiva às medidas de ajuste fiscal anunciadas ontem. Apesar de endossar a tese de que serão necessários sacrifícios dos Estados, especialmente os reeleitos reforçaram a posição de que já estão com "a casa em ordem" e a administração enxuta.

"para que Estados e regiões mais pobres tenham tratamento diferente das áreas mais desenvolvidas".

Ele defendeu reformas administrativas nos Estados que gastam mais de 60% da receita com pessoal e frisou que os governadores que não promoverem cortes nos

gastos correrão o risco de tornar suas administrações inviáveis.

O governador eleito de Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB), considerou "transparente e equânime" o programa de ajuste, mas lamentou, em Florianópolis, que o governo só tome medidas para con-

trolar gastos pressionado por especuladores externos. E citou um provérbio: "A dor ensina a gemer."

Amin disse que, por ser um ajuste que exige sacrifícios de todos, também vai tomar medidas talvez "dolorosas, mas necessárias". Referia-se, em especial, à questão do

funcionalismo, cuja folha atinge 65% da receita - acima do previsto na Lei Camata. Nesse caso, será preciso acionar "um freio de arrumação", atingindo basicamente os servidores em cargos em comissão.

Em Curitiba, o governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), reelei-

to, disse que as medidas são "adequadas e atendem à urgência" do momento. "Eram inadiáveis." Ele acha que serão necessários "sacrifícios grandes por um ano", mas garantiu que "o Paraná será parceiro do governo federal no esforço para a aprovação dessas medidas".

Estado de São Paulo 29 de out 1998

O governador reeleito do Ceará,



Tasso Jereissati (PSDB), garantiu, em Fortaleza, estar disposto a colaborar com o governo federal "no que for pos-

sível, para que o País recupere sua economia diante da crise mundial". Tasso, porém, viajaria ainda ontem a Brasília para conhecer "todos os detalhes do plano", especialmente as repercussões sobre os Estados que "vêm fazendo corretamente o dever de casa".

"Estamos com nossas contas em dia e nossos compromissos com a folha estão rigorosamente dentro dos limites estabelecidos pela Lei Camata", ressaltou. "Em Brasília, vamos discutir com as autoridades econômicas os critérios que serão considerados deficitários ou não para enquadrar a administração estadual." Ele defendeu a realização de sacrifícios, independentemente de questões partidárias: "Não podemos admitir que problemas pessoais possam interferir em relação a problemas institucionais."

**Equilíbrio** – O governador reeleito do Pará, Almir Gabriel (PSDB), defendeu o apoio às medidas e contou esperar do Congresso uma "atitude patriótica". Em Belém, ele ressaltou que o Estado está preparado para enfrentar o ajuste sem comprometer as perspectivas de desenvolvimento. "O Pará hoje é uma casa arrumada e ajustada", disse, garantindo que receitas e despesas estão em "perfeito equilíbrio".

Gabriel avaliou que o Pará, ao contrário dos Estados que têm crescimento econômico baseado na indústria, não sofrerá o mesmo impacto com as medidas de ajuste. Segundo ele, suas opções de crescimento estão nas áreas de turismo, agroindústria, construção civil e crédito produtivo, onde quer criar 400 mil empregos. O tucano disse que os investimentos privados do Pará também fazem parte de seu programa de desenvolvimento.

Sobre a possibilidade de cortar despesas e demitir servidores, contudo, foi taxativo: "O cinto não precisa ser mais apertado do que já foi, porque fizemos isso nos quatro anos de meu governo", afirmou. "O Estado hoje tem poupança e está equilibrado em termos da Lei Camata e da Constituição."

As medidas de ajuste fiscal também receberam o apoio, no Recife, do governador eleito de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB). Segundo ele, as soluções anunciamadas representam novos sacrifícios para a população, especialmente para os servidores públicos, mas são necessárias para garantir a estabilização da economia e o Real.

Contrário à criação de impostos, ele achou o aumento da CPMF a medida "mais adequada e menos danosa". Sugeriu, porém, que seja estudada uma forma de os contribuintes deduzirem pelo menos uma parte no Imposto de Renda.

Jarbas concorda com a redução de 20% nas despesas de custeio e investimentos da União, mas espera que os cortes não sejam lineares,